

INMETRO_SUPERINTENDENCIA REGIONAL/GO

Termo de Referência 4/2026

Informações Básicas

Número do artefato UASG
4/2026

Editado por
NEOMAR RODRIGUES MARTINS

Atualizado em
03/06/2026 16:30 (v 0.8)

Status
ASSINADO

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
III – locação/Locação de bens móveis	27/2026	0052624.000190/2026-79

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 0052624.000190/2026-79)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de serviços contínuos de locação de veículo do tipo caminhão, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (60 MESES)
1	Locação de veículos do tipo caminhão PBT 23 t com carroceria aberta, guindaste hidráulico veicular e pesos-padrão, para verificação de balanças de grande porte (rodoviárias). Descrição: Veículo tipo caminhão plataforma, com tração 6x2 ou superior, com ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2022 peso bruto total (PBT) de 23.000 kg, pintura na cor branca,	4014	Serviço	01	R\$ 81.437,89	R\$ 4.886.273,40

capacidade Máxima de Tração (CMT) de pelo menos 35.000 kg.						
Equipado com carroceria metálica aberta para carga sólida com suporte para os pesos, guindaste hidráulico veicular instalado na carroceria do veículo com acionamento por controle remoto e balancim, com 22 (vinte e dois) pesos-padrão de 500 kg e 02 (dois) pesos-padrão de 200 kg calibrados.						

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que tendo em vista que tem caráter essencial e permanente em sua prestação, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando a possibilidade de obtenção de preços mais vantajosos junto ao mercado, para contratações possivelmente mais duradouras, além de reduzir a demanda do efetivo da Agência, em razão do maior intervalo de tempo entre as contratações;

Prazo de vigência

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **05 (cinco) anos** contados **da efetiva vigência contratual**, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. A Administração atestará, no início da contratação e de cada exercício financeiro, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

1.6. A Administração poderá extinguir o contrato, sem ônus, caso não disponha de créditos orçamentários para sua continuidade ou entenda que o contrato não mais lhe oferece vantagem, nos termos do art. 106, inciso III, da Lei nº 14.133/2021;

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 00662270000168-0-000003/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;

- III. Id do item no PCA: 22;
- IV. Classe/Grupo: 721 - SERVIÇOS IMOBILIÁRIOS RELATIVOS A LOCAÇÃO OU ARRENDAMENTO;
- V. Identificador da Futura Contratação: 183025-27/2026;

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A CONTRATADA deverá adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

4.1.1.1. Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico- poluentes;

4.1.1.2. Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;

4.1.1.3. Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios /poluição;

4.1.1.4. Observância da Resolução CONAMA nº 362, de 23 de junho de 2005 e de qualquer legislação correlata;

4.1.2. Providenciar o descarte adequado para substâncias potencialmente contaminantes ao meio ambiente, como fluídos em geral, baterias, pneus, plásticos etc.

4.1.3. A contratada deverá fornecer os veículos automotores que atendam os termos da Resolução Contran nº 958 /2022, que atendam os limites de emissões de gases e partículas pelo escapamento e sons produzidos por equipamentos utilizados em veículos e também atendam a Resolução Conama 490/2018, que estabelece a Fase Proconve P8 de exigências do Programa de controle da poluição do ar por veículos automotores.

4.1.4. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marca, apenas característica e modelo, de acordo com as justificativas contidas nos Estudos Técnicos Preliminares.

Da exigência de carta de solidariedade

4.3. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Vistoria

4.6. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 120 (cento e vinte) dias da assinatura do contrato.

5.1.2. O veículo deverá ser disponibilizado já caracterizado com as devidas identificações do Inmetro, bem como todas as adaptações funcionais requeridas;

5.1.3. O veículo deverá ser entregue na sede da Surgo em Goiânia-GO.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

5.2.1. O veículo será utilizado em todo o Estado de Goiás e no Distrito Federal;

5.2.1.1. eventualmente ele será deslocado à outras Unidades da Federação.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. O veículo deverá estar funcional durante 24 horas por dia de forma ininterrupta.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

Manutenção preventiva e corretiva

5.4.1. Garantir que o veículo seja limpo e higienizado pelo menos 1 (uma) vez ao mês;

5.4.2. A realização das manutenções preventivas periódicas dos veículos, incluindo todos os equipamentos e acessórios, será de total responsabilidade da Contratada, sem restrições e sem ônus ao Contratante;

5.4.2.1. Estas manutenções devem ser realizadas periodicamente seguindo um Plano de Manutenção Preventiva, elaborado pela própria Contratada e previamente aprovado pela Contratada, devendo o veículo retornar à operação no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas de sua retirada para manutenção;

5.4.2.2. Os períodos em que o veículo não estiver disponível para utilização pela Contratante, por motivo de manutenção preventiva ou em deslocamento até a oficina, que extrapolar prazo previsto no item 5.4.2.1, serão descontados, proporcionalmente aos dias úteis do mês, do valor a ser pago pela prestação dos serviços;

5.4.3. A Contratada deve solicitar formalmente à Contratante a disponibilização do veículo para realização de manutenções, de acordo com o Plano de Manutenção Preventiva definido, informando o prazo para programação;

5.4.4. A Contratante deverá disponibilizar o veículo à Contratada para realização das manutenções preventivas nos prazos estabelecidos;

5.4.5. Para fins de realização dos serviços de manutenção preventiva, a Contratada deverá disponibilizar à Contratante pelo menos 01 (um) estabelecimento autorizado para a realização das manutenções preventivas dos veículos na região metropolitana de Goiânia;

5.4.6. Alternativamente ao descrito nos itens acima, a Contratada poderá realizar as manutenções preventivas por conta própria, em local a ser combinado com o Fiscal do Contrato, desde que possua estrutura adequada e pessoal capacitados para executar tal atividade e que possua autorização do fabricante/representante dos veículos para realização das manutenções preventivas por conta própria, sem que isso implique em prejuízo para a garantia dos veículos, cobertura do seguro ou que prejudique a segurança da operação do veículos e seus equipamentos;

5.4.7. A Contratada deverá manter registros de todas as manutenções preventivas realizadas no veículo, para possibilitar sua comprovação e conferência quando solicitado, bem como, ser chamada a apresentá-los a Contratante a qualquer tempo;

5.4.8. A manutenção preventiva deve incluir obrigatoriamente todos os serviços previstos no manual do proprietário dos veículos, como por exemplo, revisão geral, troca de fluidos, troca de peças, lubrificação, etc;

5.4.9. A troca (substituição) dos pneus quando estes estiverem gastos é de responsabilidade da Contratada, devendo ser realizada durante a parada para manutenção preventiva;

5.4.10. A cada 24 (vinte e quatro) meses, a Contratante precisa providenciar as calibrações de todos os pesos-padrão de 200 kg e 500 kg que são usados no caminhão. É de responsabilidade e ônus da Contratada a realização da manutenção e da pintura dos pesos-padrão, a qual deverá ser realizada conforme especificação descrita nos itens 5.5.15 e 5.5.16 deste Termo de Referência;

5.4.11. Em caso de avaria de qualquer natureza, pane mecânica/elétrica, acidente de trânsito ou fatos supervenientes durante a execução dos serviços, a Contratada deverá efetuar os devidos reparos no menor tempo possível ou substituir o veículo avariado/acidentado por veículo do mesmo tipo;

5.4.12. A realização das manutenções corretivas nos veículos, incluindo seus equipamentos e acessórios, será de total responsabilidade Contratada, sem restrições e sem ônus à Contratante:

5.4.12.1. A manutenção corretiva deverá ocorrer sempre que necessário para substituição ou reparo de qualquer peça ou componente do veículo, por desgaste natural ou por falha;

5.4.12.2. O conserto ou substituição dos pneus dos veículos quando furados ou danificados será de responsabilidade da Contratada;

5.4.12.3. A Contratada deverá informar um endereço de e-mail e um número de telefone para contato em casos de necessidade de atendimento em caráter eletivo ou de urgência;

5.4.12.4. As manutenções corretivas serão solicitadas pela Contratante através do contato disponibilizado pela Contratada, informando o tipo de falha observada e a identificação do veículo e do equipamento ou componente que apresentou a falha, caso necessário;

5.4.12.5. O contato com a Contratada será feito preferencialmente pelo Fiscal do Contrato ou funcionário por ele designado;

5.4.12.6. Os períodos em que o veículo não estiver disponível para utilização pela Contratante, por motivo de manutenção corretiva ou em deslocamento até a oficina, serão descontados, proporcionalmente aos dias úteis do mês, do valor a ser pago pela prestação dos serviços;

5.4.12.7. Quando o veículo apresentar algum tipo de falha que exija sua remoção/guincho, a Contratada será responsável pela remoção/guincho do veículo, bem como da carga sendo transportada, quando for o caso, e transporte da equipe até um local adequado, sem ônus para a Contratante;

Prazos e condições para manutenções corretivas e preventivas

5.4.13. O veículo submetido à manutenção preventiva deverá ser recolocado à disposição do Contratante no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data da entrega do veículo no local designado para a realização do serviço;

5.4.14. O veículo submetido à manutenção corretiva deverá ser recolocado à disposição do Contratante no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da comunicação à Contratada;

5.4.15. Caso o serviço não possa ser concluído no prazo determinado, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Fiscal do Contrato, até 24 (vinte e quatro) horas antes de esgotar o prazo, com a devida justificativa para que seja avaliada e seja estipulado um novo período de conclusão do serviço;

5.4.15.1. Em casos específicos para sanar alguma irregularidade que exija um tempo maior de trabalho ou distância muito grande em relação ao local onde o serviço será realizado, mediante aprovação do Fiscal do Contrato, os prazos descritos nos itens 5.4.13 e 5.4.14 poderão ser dilatados de acordo com a necessidade da Contratada;

5.4.16. No caso do não cumprimento dos prazos para término dos serviços de manutenção ou outros, o atraso será contado por dia, a partir do primeiro dia útil após o encerramento do prazo estabelecido, e serão aplicadas as sanções previstas na legislação vigente;

Seguro

5.4.17. A Contratada deverá providenciar seguro total dos veículos licitados, com isenção total de franquia, de forma que a Contratante seja isentada de quaisquer responsabilidades por danos de qualquer natureza nos veículos locados, ao condutor, aos passageiros e aos terceiros (APP-V, acidentes pessoais de passageiros de veículos e RCF-DM - responsabilidade civil facultativa, danos materiais e pessoais);

5.4.17.1. A Contratada poderá optar por contratar apólice de seguro junto ao mercado ou arcar por conta própria com as despesas referentes ao seguro dos veículos, não sendo necessário especificar sua opção durante o decorrer do processo, desde que resguardado o disposto do item anterior.

Multas / Infrações de Trânsito

5.4.18. Assumir o pagamento de multas aplicadas por órgãos de trânsito cujas infrações sejam referentes a irregularidades no licenciamento e/ou pagamento de impostos dos veículos disponibilizados;

5.4.19. Apresentar imediatamente e tempestivamente, em caso de notificação de autuação de trânsito, o documento emitido pela autoridade de trânsito, para que seja identificado o condutor, e disponibilizado a ele, caso queira interpor defesa prévia;

5.4.20. Caso não seja realizada a defesa prévia pelo condutor e posteriormente gerada a multa decorrente da infração de trânsito, a mesma deverá ser disponibilizada para que seja paga pelo condutor;

5.4.21. Caso a contratada venha a pagar alguma multa decorrente de infração de trânsito, deverá apresentar num prazo máximo de 15 (quinze) dias o comprovante de pagamento juntamente com a notificação que deu origem a multa, a fim de que seja apurado, e posteriormente providenciado o ressarcimento pelo condutor identificado;

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar, os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

Especificação mínima do Veículo

5.5.1. Características gerais

- a. Caminhão tipo plataforma com cabine avançada (curta), configuração de eixos e tração 6x2 ou superior, com ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2022;
- b. Direção hidráulica ou mecânica servo assistida hidráulicamente;
- c. Ar condicionado quente e frio, com controle da temperatura da cabine;
- d. Pintura da cabine na cor branca;
- e. Capacidade para pelo menos 2 ocupantes (motorista e passageiro);
- f. Banco do motorista com regulagem de altura;
- g. Volante de direção com regulagem de altura e de profundidade;
- h. Outros acessórios: rádio, tapetes de borracha, alarme antifurto, rastreador com acompanhamento remoto e instantâneo, mangueira de ar comprimido espiralada para a cabine, para-lamas dianteiro e traseiro;
- i. Todos os itens obrigatórios pela legislação vigente devem ser fornecidos, independentemente de terem sido mencionados nesta especificação.

5.5.2. Motorização e segurança:

- a. Motor ciclo diesel, turbo e sistema de injeção eletrônica;
- b. Potência líquida máxima maior ou igual a 277 cv;
- c. Torque líquido máximo maior ou igual a 96 kgfm;
- d. O motor do veículo deve estar homologado na fase P-7 (Euro 5), ou outra mais atual, do Proconve (Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores);
- e. Tanque de combustível com capacidade mínima de 275 litros;
- f. Tanque para Arla 32;
- g. Embreagem com acionamento hidráulico;
- h. Suspensão dianteira molas semielípticas, amortecedores hidráulicos de dupla ação e barra estabilizadora e suspensão traseira por feixe de molas semielípticas com ação progressiva;
- i. Freio de serviço pneumático nas rodas dianteiras e traseiras, com acionamento duplo, com ABS (Anti lock Braking System);
- j. Freio de estacionamento pneumático e freio motor.

5.5.3. Dimensões e capacidades:

- a. Peso bruto total (PBT) homologado deve ser de 23.000 kg;
- b. Peso admissível no eixo dianteiro deve ser de 6.000 kg;
- c. Peso admissível no conjunto de eixos traseiros deve ser de 17.000 kg;
- d. Capacidade máxima de tração (CMT) de pelo menos 35.000 kg;
- e. Tração 6x2 ou superior.

Especificação da Carroceria

5.5.4. Características gerais:

- a. O projeto e a execução da instalação da carroceria sobre o veículo devem ser acompanhados por um Engenheiro, devendo o mesmo registrar uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), responsabilizando-se tecnicamente pelo projeto e instalação;
- b. Modificações nas especificações técnicas constantes neste Termo de Referência poderão ser propostas pelo Engenheiro responsável pelo projeto desde que devidamente justificadas com a finalidade de sanar algum problema que acarrete impossibilidade técnica de execução, que comprometa a segurança da operação do equipamento ou que sirva para otimizar os recursos empregados na execução do projeto, desde que não afetem negativamente no desempenho do equipamento ou que altere substancialmente o objeto do contrato.
- c. A proposta de modificação descrita no item anterior deve ser submetida à avaliação do Inmetro/Surgo e deve ser aprovada pelo Fiscal e Gestor do Contrato;
- d. As Figuras apresentadas neste Termo de Referência apresentam informações aproximadas, podendo ser utilizadas como orientação básica para elaboração do projeto da carroceria.

5.5.5. Características específicas:

- a. A carroceria deve ser do tipo aberta, para carga sólida (carga seca), dimensionada, construída e instalada sobre o chassi do caminhão especificado no item anterior;
- b. A carroceria deve ser toda construída de chapas e perfis metálicos apropriada para carrocerias veiculares para veículos de carga;
- c. A carroceria deve possuir largura máxima adequada à largura do veículo, prevendo um espaço para instalação e operação do guindaste, de modo que seja adaptada às dimensões do veículo a ser utilizado, seguindo as regras estipuladas na legislação de trânsito em vigor, principalmente quanto à largura máxima do implemento rodoviário, projetada para que tenha o menor peso possível e resistência adequada para suportar pelo menos a vigência contratual de 60 (sessenta) meses;
- d. A instalação da carroceria sobre o chassi do caminhão deve ser feita por meio de grampos apropriados, de forma a fixar adequadamente e suportar além do peso da própria carroceria e do guindaste, uma carga líquida de aproximadamente 11.500 kg a 12.000 kg;
- e. A carga deve ser distribuída sobre a base da carroceria de acordo com as características próprias do veículo utilizado, de modo a que os pesos por eixos não ultrapassem os limites máximos permitidos para circulação em rodovias, conforme a legislação vigente;
- f. A carroceria deve possuir ganchos para fixação de lona, na parte inferior das laterais e na parte traseira da carroceria;
- g. A carroceria deve ser preparada para permitir a instalação e utilização contínua de um guindaste hidráulico veicular, conforme especificação deste Termo de Referência, para a movimentação dos pesos-padrão, prevendo o uso de um balancim travessa para carregar e descarregar até 2 (dois) pesos de 500 kg por vez;
- h. A base de suporte para o guindaste hidráulico deve ser projetada e construída de acordo com as recomendações do fabricante do guindaste, posicionada na região traseira da carroceria, com as mangueiras hidráulicas passando por debaixo da carroceria;
- i. O assoalho da carroceria deve ser construído de chapas de aço xadrez com espessura apropriada para suportar as cargas localizadas dos pesos-padrão, instaladas de modo a que haja bom escoamento da água, devendo ser incluídos pequenos orifício para escoamento de líquidos em pontos críticos, e tampas de acesso para manutenções.
- j. Abaixo está um modelo das dimensões, em milímetros (mm), e sugestão de distribuição dos pesos e posição do guindaste e plataforma de operação:

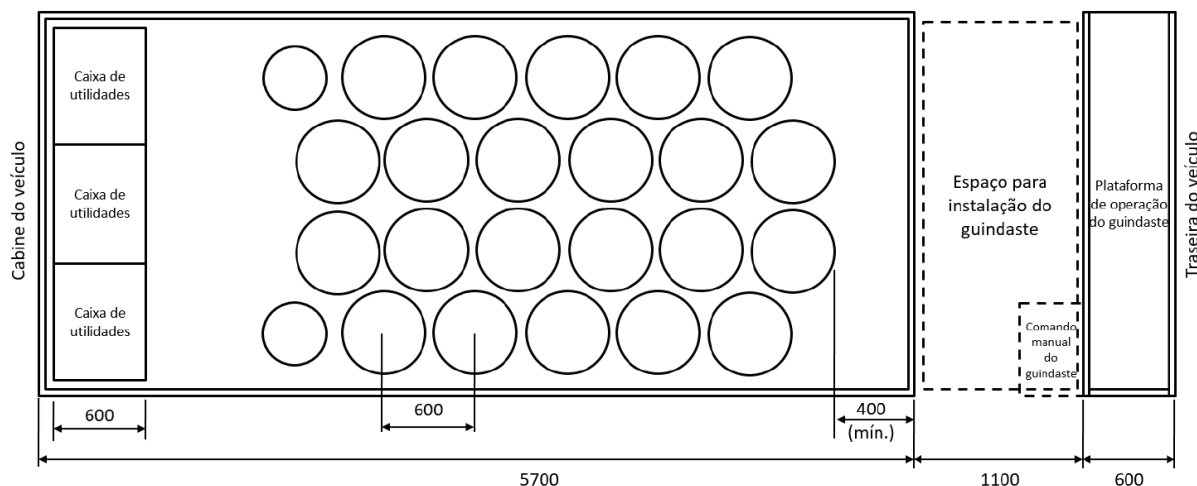


Figura 1: dimensões, em milímetros (mm), e sugestão de distribuição dos pesos e posição do guindaste e plataforma de operação

5.5.6. Laterais:

- a. A carroceria deve possuir 02 (duas) tampas basculantes em cada lateral da carroceria, fabricadas em chapas metálicas, com 2 m de comprimento e 45 cm de altura, com sistema de escoamento para não acumular água, com dobradiças metálicas e travamento por meio de engate rápido para fácil abertura e fechamento, projetadas de forma que seu peso seja o menor possível;

- b. A tampa localizada na região frontal da carroceria e as duas tampas laterais que se conectam na tampa frontal devem ser fixas, compostas de chapas metálicas lisas com estrutura metálica de reforço, com 1,6 m de altura e 1,5 m de comprimento;
- c. A tampa traseira deve ser fixa, com altura de 45 cm, no mesmo padrão das tampas basculantes laterais.

5.5.7. Plataforma de operação do guindaste:

- a. Na região traseira da carroceria, deve ser projetada e instalada uma plataforma para a operação manual do guindaste hidráulico veicular;
- b. A plataforma deve ser construída em chapas e perfis metálicos, com assoalho em chapas de aço xadrez, e guarda corpo;
- c. Numa das laterais da plataforma deve ser instalada uma escada de acesso, composta de degraus e pega-mão para apoio. As escadas devem estar adequadamente posicionadas para facilitar a subida e descida do operador do guindaste.

5.5.8. Suportes para acondicionar os pesos-padrão sobre a carroceria:

- a. Sobre a carroceria devem ser instaladas 22 (vinte e duas) bases metálicas fixas para acondicionamento dos pesos de 500 kg e 02 (duas) bases metálicas fixas para acondicionamento dos pesos de 200 kg. Estas bases devem ser fixadas no assoalho da carroceria por meio de parafusos;
- b. As bases deverão ter dimensões adequadas para acondicionar os pesos de 200 kg e 500 kg. As dimensões dos pesos estão apresentadas na figura abaixo;

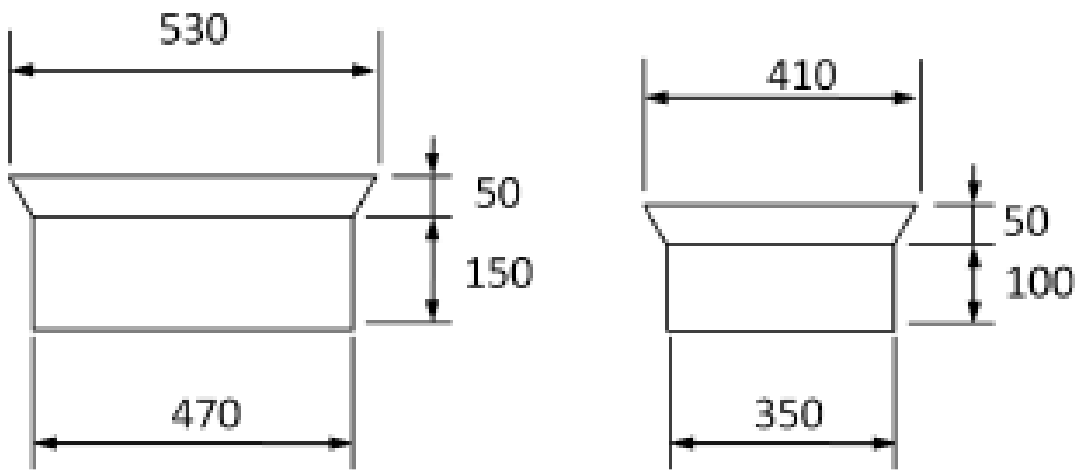


Figura 2 – Formatos e dimensões para os suportes para acondicionamento dos pesos de 500 kg (esquerda) e de 200 kg (direita). Dimensões em mm.

- c. Cada base deve possuir uma placa de borracha com espessura de 20 mm, com o mesmo diâmetro do fundo da base, para amortecer as batidas do peso sobre o assoalho da carroceria;

5.5.9. Acessórios a serem fornecidos junto com a carroceria

- a. Três caixas metálica para utilidades/ferramentas, com 75 cm de largura, 60 cm de profundidade e 60 cm de altura, instaladas sobre a carroceria na parte frontal, com tampas vedadas contra umidade e fechaduras com cadeado;
- b. Reservatório de água com capacidade para pelo menos 10 (dez) litros;
- c. Suporte para armazenamento dos cones de sinalização, localizado na lateral ou sobre a carroceria, com travamento por cadeado;
- d. Para-choque traseiro, retrátil com mola, construído e instalado conforme legislação em vigor;
- e. Protetor lateral (ciclista) conforme legislação em vigor;
- f. Porta-placa traseira com iluminação;
- g. Sistema de sinalização elétrica luminosa e adesivos refletivos obrigatórios de acordo com a legislação vigente;
- h. Lona emborrachada para a cobertura da carroceria e proteção da carga;
- i. Placa de identificação da carroceria e gráfico de carga do guindaste.

j. Demais acessórios:

1. 06 (seis) cones refletivos de sinalização, com encaixe para corrente, fabricados de acordo com a norma ABNT NBR 1571, com encaixe ou engate para correntes de sinalização;
2. 02 (dois) calços para travar as rodas do caminhão, com rampa côncava, largura de pelo menos 150 mm e pega na plataforma, de acordo com a norma ABNT NBR 9735;
3. 04 (quatro) bases para as sapatas estabilizadoras, com resistência adequada para suportar a carga de trabalho dos caminhões durante a patolagem;
4. Número suficiente de cadeados para fechamento das trancas e fechaduras existentes na carroceria, com 02(duas) chaves para cada um.

5.5.10. Pintura da carroceria:

- a. Todas as partes que compõem a carroceria deverão receber aplicação de fundo anticorrosivo e pintura automotiva;
- b. A parte externa da carroceria e as caixas de utilidades devem ser pintadas na cor branca;
- c. O assoalho da carroceria e os suportes dos pesos-padrão devem ser pintadas na cor cinza escuro ou preto fosco;
- d. Plotagem de acordo com o Anexo desse Termo de Referência.

Especificação do Guindaste Hidráulico Veicular

5.5.11. Características gerais:

- a. O guindaste hidráulico veicular a ser instalado sobre a carroceria do caminhão deverá ser novo, fabricado de acordo com a norma ABNT NBR 14768, e deve atender às seguintes especificações técnicas:
 1. Momento máximo de elevação de pelo menos 10.000 kgf.m (10 t.m);
 2. Capacidade de carga no alcance de 7,5 m horizontal de pelo menos 1200 kgf;
 3. Ângulo de giro de pelo menos 360;
 4. Alcance horizontal de pelo menos 7,5 m utilizando somente lanças hidráulicas;
 5. Sapatas estabilizadoras com regulagem manual ou hidráulica da extensão horizontal e regulagem vertical hidráulica, com válvulas de retenção dupla pilotadas;
 6. Válvulas de segurança no cilindro de elevação, no cilindro da lança e no cilindro da lança telescópica;
 7. Válvula direcional múltipla com circuito paralelo que permita realizar dois ou mais movimentos simultaneamente, contendo, ainda, válvula de alívio incorporada;
 8. As mangueiras hidráulicas a serem utilizadas no guindaste deverão ser reforçadas, com malha de aço tripla, ou outras com desempenho adequado para uso severo e contínuo em alta pressão;
 9. Capa de proteção para as mangueiras hidráulicas;
 10. Tomada de força, eixo cardan, bomba hidráulica, óleo hidráulico e reservatório de óleo hidráulico;
 11. Deve possuir horímetro para contabilização das horas de uso do guindaste hidráulico.
- b. O uso do guindaste hidráulico veicular pelo Inmetro/Surgo é considerado severo, pois a média de uso é de 3 h diárias, com cargas e descargas constantes de cargas de 1000 kgf;

5.5.12. Controle remoto:

- a. O guindaste hidráulico deve ser acompanhado de controle remoto por radiofrequência que permita a controle dos movimentos básicos do equipamento como giro, elevação, inclinação e extensão de lanças;
- b. Deve permitir o controle de velocidade, função ligar e desligar o motor do caminhão, e indicação de sobrecarga;
- c. Deve vir acompanhado de cinto com alça para o pescoço, duas baterias e carregador de bateria.

5.5.13. Balancim para uso com o guindaste:

- a. Deverá ser fornecido um balancim tipo travessa com capacidade de carga de 1.000 kg, com dois pontos de içamento;

- b. A distância entre os dois pontos de içamento deve ser de acordo com a disposição dos pesos na carroceria, de modo a possibilitar o fácil engate/desengate de dois pesos por vez, levando em consideração a distância entre um peso e outro quando estiverem em seus respectivos suportes sobre a carroceria;

5.5.14. Instalação do guindaste sobre a carroceria do caminhão:

- a. A instalação do guindaste hidráulico sobre a carroceria do caminhão deve ser realizada por empresa especializada em sistemas hidráulicos embarcados;
- b. O projeto e a execução da instalação do guindaste sobre a carroceria devem ser acompanhados por um profissional qualificado com registro no CREA, devendo o mesmo registrar a instalação em uma Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), responsabilizando-se tecnicamente pela instalação;
- c. Deve ser instalado um sistema de aviso luminoso, no painel da cabine e conectado às sapatas do guindaste hidráulico veicular, para evitar que o veículo se movimente com as mesmas abaixadas;
- d. O guindaste deve ser instalado na região traseira da carroceria;
- e. Sistema de estabilização conforme especificação do fabricante do guindaste, garantindo a capacidade nominal do equipamento;
- f. O fim de curso do guindaste deve ser orientado em direção à traseira do veículo.

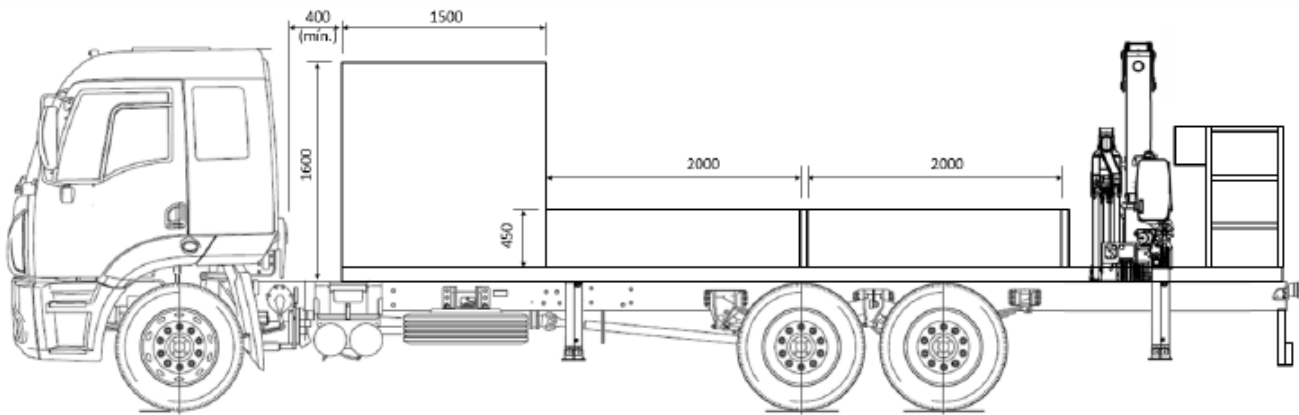


Figura 3 – Desenho esquemático da montagem final da carroceria.

- g. As dimensões e posições apresentadas nas figuras são referenciais, podendo ser ajustadas pelo fabricante do guindaste mediante projeto estrutural e ART, desde que mantidas as funcionalidades previstas.

Pesos-Padrão de 500 kg e 200 kg

5.5.15. Especificação técnica

- a. Os pesos-padrão devem possuir formato cilíndrico, fabricados em ferro fundido, com dimensões conforme a Figura 4:

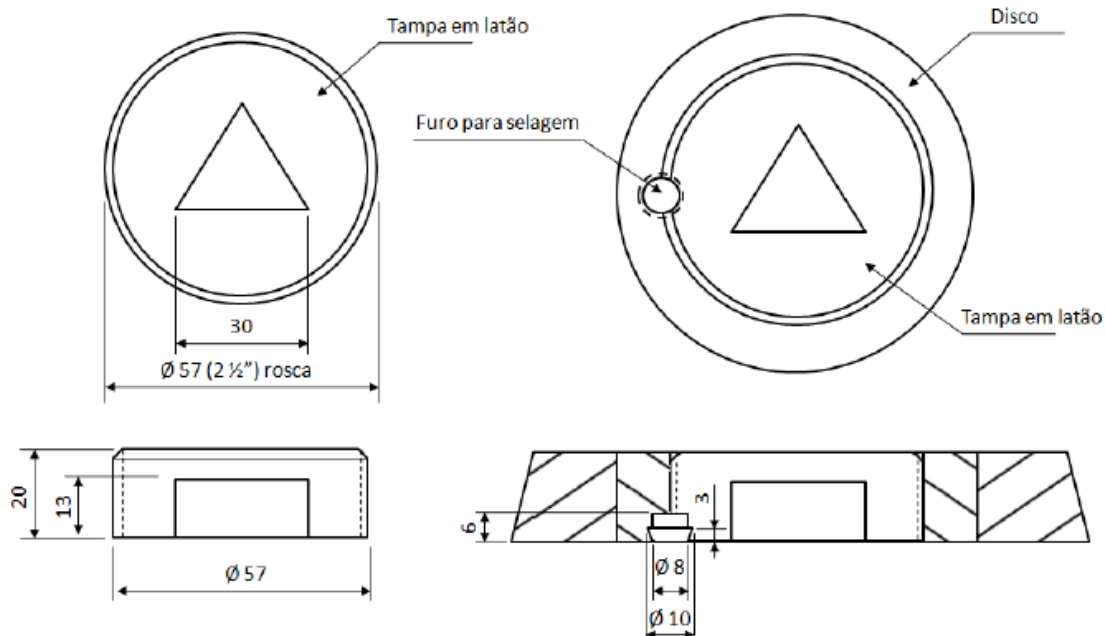


Figura 4 – Formato e dimensões da tampa da câmara de ajustagem dos pesos de 200 kg e 500 kg (esquerda) e montagem da tampa e furo de selagem no peso (direita);

- Devem possuir acabamento rebarbado liso, sem orifícios, caroços, estrias ou outras falhas incompatíveis, com tratamento anti-corrosivo e pintura automotiva na cor preta ou cinza escuro.
- O preenchimento de falhas ou cavidades ocorridas na sua fabricação deverá ser feito através de solda, não sendo permitido o uso de massa plástica;
- Os pesos devem possuir uma alça em aço de alta resistência, pré-conformada e afixada no corpo do peso, quando da sua fundição. A alça dos pesos de 500 kg deve possuir diâmetro de 25 mm, e a alça dos pesos de 200 kg deve possuir diâmetro de 19 mm;
- Os pesos podem possuir gravação da marca do fabricante (opcional) e devem possuir um número de identificação único para cada peso, gravado na superfície do peso em alto ou baixo relevo;
- As bases dos pesos devem possuir planicidade adequada para permitir o empilhamento de cinco pesos com segurança;
- As câmaras de ajuste dos pesos devem possuir um disco de fechamento, em aço carbono comum, engastado e soldado no corpo dos pesos e com rosca $\varnothing 57$ mm WG, e as tampas das câmaras de ajuste dos pesos devem ser confeccionadas em latão, com rosca $\varnothing 57$ mm WG, conforme Figura 4;
- A câmara de ajuste deve possuir espaço vazio de no mínimo 2/3 do volume ocupado pela massa utilizada para realizar o ajuste;
- A selagem da câmara de ajuste do peso deverá ser feita com disco de chumbo introduzido por amassamento em um furo com ranhura interna, localizado entre a tampa já rosqueada e o disco de fechamento da câmara de ajuste, de modo que não danifique a rosca, possibilitando a abertura da câmara para posteriores ajustes;
- Devem ser fornecidas junto com os pesos, uma chave para abrir a câmara de ajuste dos pesos, confeccionadas em aço carbono;
- Todos os pesos de 200 kg e 500 kg devem estar acompanhados com um certificado de calibração emitido por laboratório pertencente à Rede Brasileira de Calibração (RBC), cujo escopo possibilite a calibração dos itens em questão, ou por um laboratório de algum órgão pertencente à Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade – Inmetro (RBMLQ-I);
- Depois de prontos, acabados, e ajustados, e após calibração e selagem, os pesos de 200 kg deverão apresentar erro de no máximo 20 g, e os pesos de 500 kg deverão apresentar erro de no máximo 50 g, em relação ao seu valor nominal;
- Abaixo, as dimensões aproximadas, em mm, dos pesos de 200 kg (esquerda) e dos pesos de 500 kg (direita):

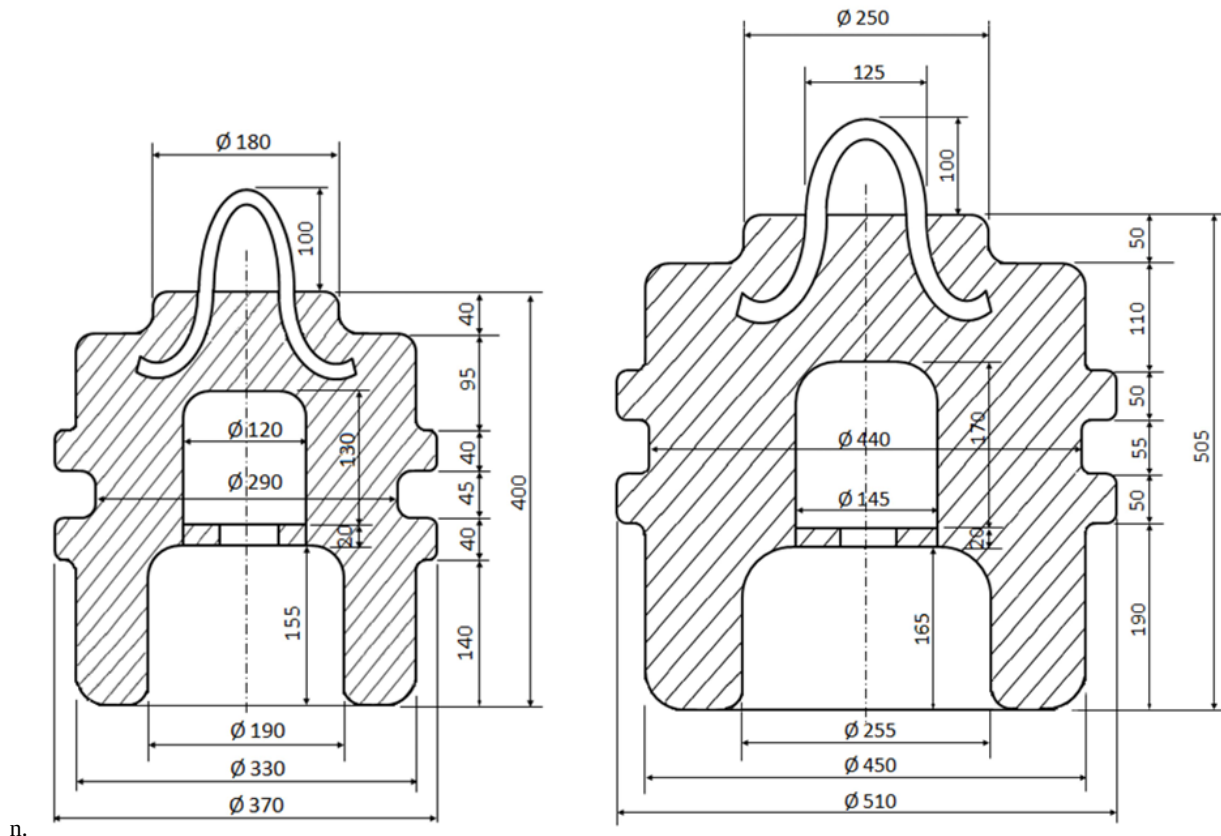


Figura 5: dimensões aproximadas, em mm, dos pesos de 200 kg (esquerda) e dos pesos de 500 kg (direita)

5.5.16. Manutenção e Pintura dos Pesos-Padrão

- Os serviços de preparação das superfícies e aplicação da tinta, quando realizados a céu aberto, não poderão ser efetuados quando houver: chuva, nevoeiro, ventos, poeira, umidade relativa acima de 85 % e temperatura abaixo de 10 °C;
- Deverá ser observada a legislação de segurança na execução destes serviços, devendo ser utilizados equipamentos de proteção individual, como óculos de proteção, máscaras com filtros, luvas, etc., sempre que houver necessidade;

5.5.16.1. Preparação da superfície

- Qualquer superfície a ser pintada deverá ser cuidadosamente limpa, removendo-se óleos, oxidação, graxa, poeira, etc.;
- Para preparação da superfície que sofrerá pintura, deve-se, sempre que possível, optar pelo lixamento, utilizando solventes e escovas metálicas de bronze ou outro material adequado;
- Quando a limpeza for feita através de jateamento com granalha (partículas angulares ou esféricas) de aço ou de abrasivos artificiais deve-se utilizar um tamanho de grão que não deixe marcas profundas na superfície do peso. Recomenda-se utilizar grão tamanho G-20 ou G-25. Deve-se tomar o máximo cuidado para que seja retirado somente o material do acabamento anterior;
- Caso as superfícies se oxidem antes da execução da pintura, a preparação da superfície deverá ser realizada novamente;
- Toda a superfície jateada somente deverá ser manuseada por pessoas utilizando luvas limpas, para evitar que o suor e a gordura contaminem a superfície, causando focos de corrosão.

5.5.16.2. Tempo entre o jateamento e a pintura

- O tempo que a superfície jateada pode ficar sem pintura, depende das condições de clima e de localização do ambiente onde a superfície ficará exposta:
 - Entre 30% e 70% de umidade relativa do ar, não deve passar de 8 horas;

2. Entre de 70% e 85% de umidade relativa do ar, não deve passar de 4 horas;
 3. Ambiente industrial agressivo ou à beira do mar, não deve passar de 2 horas;
 4. Se houver poeira no ar ou chuvisco de torres de resfriamento, deverá ser providenciada a cobertura do local com lonas e o tempo deverá ser o mínimo possível;
 5. Se a umidade relativa do ar estiver acima de 85%, não deve ser efetuado nem o serviço de jateamento, nem o de pintura.
- b. Os tempos acima são apenas indicativos, pois cada situação particular deve ser avaliada quanto aos contaminantes presentes na atmosfera.

5.5.16.3. Preparação das tintas

- a. As tintas deverão ser conservadas e estocadas em recipientes fechados em abrigo ventilado e seco. Não será permitida a aplicação de tintas contaminadas por substâncias estranhas, ou que, decorrente da evaporação dos solventes, tenham uma consistência grossa;
- b. A diluição de tintas somente será aceita se for utilizado o solvente recomendado pelo fabricante e em proporções condizentes com o tipo de aplicação;
- c. Antes da aplicação as tintas devem ser homogeneizadas por agitação para evitar que o pigmento fique depositado no fundo do recipiente. Durante a aplicação, deverá ser mantida uma agitação adequada;
- d. Secantes ou outros produtos não indicados pelo fabricante não deverão ser adicionados às tintas;
- e. Diluições somente poderão ser feitas em lugares ventilados e com diluentes na proporção indicada pelo fabricante;
- f. Para as tintas cujos ingredientes são fornecidos em embalagens separadas, deve-se obedecer rigorosamente a proporção de misturas indicadas pelo fabricante, assim como o tempo mínimo de repouso antes da aplicação e a vida útil para aplicação da tinta após a mistura.

5.5.16.4. Aplicação da tinta

- a. O acabamento externo dos pesos deve ser da cor preta ou cinza escuro, tipo de tinta laca nitrocelulose, esmalte sintético, ou outro tipo com melhor aderência, e a base em fundo tipo primer universal;
- b. As tintas devem ser aplicadas em película fina com espessura uniforme em toda a superfície. A superfície deverá estar livre de qualquer irregularidade tais como bolhas, flocos, escorrimentos, etc.;
- c. Qualquer irregularidade observada deverá ser removida após a secagem, devendo ser retocada a após a secagem deste retoque deverá ser aplicada a demão seguinte;
- d. Não poderá haver deposição de poeira ou condensação de umidade sobre a película úmida;
- e. Só poderá ser iniciada a pintura da demão seguinte após a secagem completa da camada anterior;
- f. Para pintura de acabamento, quando empregado equipamento de pulverização, deve ser utilizado filtro de ar adequado, a fim de remover todo o óleo e condensado do ar comprimido.

5.5.16.5. Tinta para uso

- a. Pintura de base (fundo): Aplicar duas demãos, com intervalo entre demãos de 12 até 48 horas;
- b. Pintura de acabamento (tinta): Aplicar duas demãos, com intervalo entre demãos de 24 até 72 horas.

5.5.16.6. Teste de aderência

- a. O teste de aderência deve ser efetuado depois de decorrido o tempo de secagem para pintura de cada demão, da seguinte maneira:
 1. Efetuar 05 cortes com uso de faca ou estilete, com 50 mm de comprimento e espaçados de 5 mm;
 2. Efetuar 05 cortes perpendiculares idênticos aos citados anteriormente e dispostos no centro de modo a formar um quadriculado;
 3. Colocar uma fita adesiva (tipo crepe) sobre a região de entrelaçamento dos cortes pressionando-a com o dedo;
 4. Arrancar a fita adesiva rapidamente.

- b. A superfície pintada quando examinada após o teste de aderência, não deve apresentar remoção de nenhum quadriculado;
- c. Se algum quadriculado ficar aderido à fita adesiva, deve-se repetir o teste em dois outros pontos, distantes de 20 cm do teste anterior;
- d. Se um destes dois testes também acusar falta de aderência, deve-se rejeitar a pintura;
- e. Se os testes não acusarem falta de adesão, retirar a película de tinta da região vizinha inicialmente testada e retocar as áreas dos testes;
- f. As pinturas rejeitadas devem ser refeitas e os testes de aderência devem ser repetidos. Se o problema persistir, deve-se utilizar uma tinta com melhor aderência para solucionar o problema.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. O veículo deverá ter ano de fabricação e modelo igual ou superior a 2022, em perfeitas condições de funcionamento;

5.6.2. O veículo será carregado com pesos-padrão, que somam na ordem de 11.500 kg a 12.000 kg. Logo, isso deve ser considerado no peso total do veículo, junto com todos os equipamentos (carroceria, guindaste e acessórios). Isso tudo não deve ultrapassar o PBT homologado para o veículo utilizado, respeitando ainda os limites de peso máximo por eixo estipuladas na legislação de trânsito em vigor;

5.6.3. Disponibilizar o veículo no ato da entrega, pronto para uso, devidamente equipados, adaptados e caracterizados, conforme especificados no Termo de referência, **no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias a contar da assinatura do contrato;**

5.6.3.1. A Contratada, deverá comprovar até a metade do prazo fixado neste item, a aquisição ou de outra forma de posse ou propriedade do veículo a ser disponibilizado ao Inmetro/Surgo; como garantia de que está providenciando a entrega, de acordo com as especificações e prazos estipulados, sob pena de multa e sanções;

5.6.3.2. Caso a Contratada verifique a impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido, deverá comunicar formalmente à Contratante, antes do término do prazo previsto, apresentando as devidas justificativas e documentação comprobatória, que fundamente a dilação do prazo para entrega, cuja análise ficará a critério da Administração;

5.6.3.3. A entrega do veículo será de inteira responsabilidade da Contratada, devendo serem entregues em horário de expediente e em dias úteis, nas localidades descritas no Termo de Referência, mediante agendamento a ser realizado junto ao Contratante, arcando com todos os custos decorrentes (motorista, pedágio, diárias, combustível, taxas, etc) do transporte dos veículos até local de prestação dos serviços;

5.6.4. Garantir os seguintes ônus da execução contratual:

5.6.4.1. Garantir seguro total dos veículos, principalmente no que tange a terceiros;

5.6.4.2. Assumir a responsabilidade pelos danos, inclusive a terceiros, furtos e roubos que ocorrerem com o veículos dado em locação, desde que o Contratante, não tenha concorrido para tal, o que será apurado em processo administrativo;

5.6.4.3. Assumir integralmente todos os gastos decorrentes do uso dos veículos, a exceção o combustível e motoristas;

5.6.4.4. Garantir a manutenção preventiva e corretiva dos veículos, além da higienização completa (limpeza interna e externa), durante a vigência do contrato, na região metropolitana de Goiânia;

5.6.4.5. Garantir um contato para emergência 24 (vinte quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana;

5.6.4.6. Garantir quilometragem livre;

5.6.4.7. Dispor de veículo e equipamentos em perfeitas condições de usabilidade e segurança, durante a vigência do contrato;

5.6.4.8. Manter atualizado o licenciamento e seguro obrigatório (DPVAT) dos veículos locados;

5.6.4.9. O veículo deverá ser de propriedade da Contratada. É aceitável o processo de leasing como forma de demonstrar que a responsabilidade legal pelos veículos é da Contratada;

5.6.4.10. Responsabilizar-se por todas as despesas com taxas, impostos, seguros e outras decorrentes, que venham a ser determinadas pela legislação pertinente;

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.20. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

Gestor do Contrato

6.21. Cabe ao gestor do contrato:

6.21.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.21.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.21.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.21.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.21.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.21.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.21.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.21.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.21.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.21.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. dias de serviços efetivamente prestados; e

7.4.2. qualidade do serviço prestado.

Recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5.2. Para fins de recebimento provisório considerar-se-á concluída a etapa correspondente com a efetiva execução dos serviços no período de medição, devidamente atestada pela fiscalização contratual, mediante verificação preliminar da conformidade da prestação com as condições estabelecidas no Termo de Referência e no contrato.

7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o interstício mensal.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.18.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.18.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.18.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.18.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.18.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA (Índice de Preço Amplo ao Consumidor).

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/05/2026.

7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)**, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário, considerando que a execução dos serviços ocorrerá conforme a demanda da Administração, com possibilidade de variação dos quantitativos efetivamente utilizados durante a vigência contratual, de modo que os pagamentos serão realizados conforme os serviços efetivamente executados, proporcionando maior eficiência na gestão contratual, economicidade e mitigação de riscos decorrentes de estimativas inexatas de quantitativos.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.23. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação o patrimônio líquido mínimo de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação, para o período de 12 meses.

9.24. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.29. Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

9.29.1. Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

9.30. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.30.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.30.1.1 contrato(s) que comprove(m) experiência mínima de 03 (três) anos na prestação de serviços, e em quantidade não inferior a 50% (cinquenta por cento) da quantidade de veículos a ser contratada;

9.30.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

9.30.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.30.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.30.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.31. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.32. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Disposições gerais sobre habilitação

9.33. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.34. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.35. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.36. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.37. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.38. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.38.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.38.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.38.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.38.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.38.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.38.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.38.6.1. ata de fundação;

9.38.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.38.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.38.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.38.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.38.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.38.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 4.886.273,40 (quatro milhões oitocentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais a quarenta centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I. Gestão/unidade: 18205/183025;

II. Fonte de recursos: 1050000233;

III. Programa de trabalho: 250036;

IV. Elemento de despesa: 33.90.33.03 - Locação de Meios de Transporte; e

V. Plano interno: 0036W210910.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 12.2.1. Anexo I - Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- 12.2.2. Anexo II - Termo de Ciência e Concordância;
- 12.2.3. Anexo III - Plotagem do Veículo;
- 12.2.4. Apêndice do TR - Estudo Técnico Preliminar (ETP).

13. ANEXO I

Instrumento de Medição de Resultados (IMR)

INDICADOR 01	
Nº 01 – Quantidade de advertências em um período de 12 (doze) meses.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de locação de veículos sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 04(quatro) advertências em um período de 12 (doze) meses.
Instrumento de medição	Processo de execução contratual.
Mecanismo de Cálculo	1. Número de advertências no período de 12(doze) meses < 4 2. Número de advertências no período de 12(doze) meses = ou > 4
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	1. Nº de advertências no período de 12(doze) meses < 4 - 100% da fatura; 2. Nº de advertências no período de 12(doze) meses = ou maior que 4 - 80% da fatura

INDICADOR 02	
Nº 02 – Quantidade de advertências em um período de 06 (seis) meses.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de locação de veículos sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não acumular 02 (duas) advertências em um período de 06 (seis) meses.
Instrumento de medição	Processo de execução contratual.
Forma de acompanhamento	Verificação, no registro de ocorrências da empresa, por servidor da SURGO, o quantitativo de advertências realizadas no período de 6 (seis) meses.
Periodicidade	Semestral

Mecanismo de Cálculo	1. Número de advertências no período de 06 (seis) meses < 2 2. Número de advertências no período de 06 (seis) meses = ou > 2
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	1. Nº de advertências no período de 06 (seis) meses < 2 - 100% da fatura 2. Nº de advertências no período de 06 (seis) meses = ou > que 2 - 80% da fatura

INDICADOR 03	
Nº 03 – Quantidade de dias com paralisação dos serviços solicitados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, que sejam justificados e aceitos pela SURGO.	
ITEM	DESCRIÇÃO
Finalidade	Garantir que os serviços de locação de veículos sejam realizados sem quaisquer interferências.
Meta a cumprir	Não interromper a prestação dos serviços.
Instrumento de medição	Processo de execução contratual.
Forma de acompanhamento	Verificação, por servidor da SURGO, de possíveis interrupções no serviço contratado.
Periodicidade	Diária
Mecanismo de Cálculo	1. nº de dias de paralisação dos serviços
Início de Vigência	Data da assinatura do contrato
Faixas de ajuste no pagamento	$Glosa = \frac{\text{Valor mensal}}{30} * n^{\circ} \text{ de dias de paralisação dos serviços}$

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (identificar o Contratado) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão Eletrônico nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

15. ANEXO III

PLOTAGEM DO VEÍCULO

VIATURAS OFICIAIS (MODELO)



LOGOMARCA

LOGO HORIZONTAL



COR



FONTE



16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO ROBERTO FREITAS SILVA PELAGIO

Pesquisador Tecnologista



Assinou eletronicamente em 03/06/2026 às 16:30:09.

CLAUDIA DOMINGUES CARNEIRO



Assinou eletronicamente em 02/06/2026 às 14:16:33.